

A Encruzilhada Demográfica de Portugal: Uma Análise Económica da Interdependência entre Envelhecimento e Migração

I. O Desafio Estrutural: O Envelhecimento da População e a Sustentabilidade Económica

A República Portuguesa enfrenta um desafio demográfico que se define não apenas pelo envelhecimento da sua população, mas por um "movimento de pinça" estrutural: um aumento contínuo da população idosa dependente, conjugado com uma contração projetada da população em idade ativa. Esta dinâmica impõe pressões severas sobre a sustentabilidade económica e fiscal do país a longo prazo.

O Perfil Demográfico: Um Movimento de Pinça Estrutural

A estrutura etária de Portugal coloca-o entre as nações mais envelhecidas da União Europeia. Dados oficiais indicam que Portugal é ultrapassado apenas pela Itália na percentagem de população com 65 ou mais anos, que atinge 23,7%. Em contrapartida, a proporção de jovens (0-14 anos) é a segunda menor da UE27, situando-se em apenas 12,8%.¹

Esta realidade é o resultado de décadas de baixas taxas de fecundidade, muito abaixo do nível de substituição de gerações (2,1 filhos por mulher)², e de um aumento significativo da esperança média de vida. O resultado é um Índice de Envelhecimento (o número de idosos por cada 100 jovens) que praticamente duplicou desde 2001.¹

As projeções oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram a severidade deste

movimento de pinça:

1. **Contração da Base Laboral:** A população em idade ativa (15-64 anos), a base produtiva e contributiva do país, está em declínio acentuado. Projeções recentes (2024-2100) indicam que, mesmo no cenário central (que inclui fluxos migratórios positivos), este grupo diminuirá dos atuais 6,8 milhões para 4,2 milhões de pessoas até 2100.³ Projeções anteriores (2015-2080) já apontavam para uma queda de 6,7 milhões para 3,8 milhões.⁴
2. **Expansão da População Dependente:** Simultaneamente, a população idosa (65 e mais anos) continuará a expandir-se, passando dos 2,2 milhões registados em 2018 para cerca de 3,1 milhões em 2100, segundo o cenário central.³

É fundamental notar que a "estabilização" do processo de envelhecimento projetada pelo INE para meados de 2060⁴ não representa uma recuperação demográfica. Trata-se de um artefacto estatístico que ocorre quando as gerações mais pequenas (nascidas após a queda da fecundidade) começam elas próprias a entrar na faixa etária dos 65+, fazendo com que o ritmo de envelhecimento abrande, mas estabilizando num patamar de dependência estruturalmente muito elevado e economicamente desafiante.

Para ilustrar a magnitude do desafio, as projeções do INE (cenário central) indicam que o índice de dependência de idosos (relação entre a população com 65+ anos e a população ativa 15-64 anos) passará dos atuais 39 idosos por cada 100 pessoas ativas para 73 idosos por 100 ativos em 2100.³

Tabela 1: Projeções Demográficas (Cenário Central INE, 2024-2100)

Indicador Demográfico	Valor em 2024 (aprox.)	Projeção para 2100 (Cenário Central)	Variação Líquida
População Residente Total	10,7 milhões	8,3 milhões	-2,4 milhões
População Ativa (15-64 anos)	6,8 milhões	4,2 milhões	-2,6 milhões
População Idosa (65+ anos)	2,6 milhões	3,1 milhões	+0,5 milhões
Índice Dependência Idosos (Idosos por	39	73	+34 pontos

100 Ativos)			
-------------	--	--	--

Fontes: ³

O Impacto Orçamental e a Sustentabilidade Fiscal

Este perfil demográfico tem implicações diretas e profundas nas contas públicas. O envelhecimento foi identificado como o principal fator de crescimento do peso das pensões no Produto Interno Bruto (PIB).⁷ Em 2018, as despesas totais com pensões (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) já ascendiam a 13,8% do PIB.⁸

Relatórios da OCDE anteriores à reforma de 2007 alertavam para um cenário de insustentabilidade iminente, projetando que o sistema de pensões entraria em défice em 2007 e o fundo de reserva se esgotaria em 2014.⁷ As reformas implementadas, nomeadamente a introdução do "fator de sustentabilidade" (que ajusta as pensões à esperança média de vida)⁷, melhoraram significativamente a trajetória, com estudos subsequentes a projetar um aumento mais controlado das despesas, na ordem dos 2 a 3 pontos percentuais do PIB até 2060.⁷

Contudo, esta "sustentabilidade" fiscal foi alcançada através de um mecanismo específico: a redução do *benefit ratio* (rácio de generosidade das pensões). O impacto do aumento do rácio de dependência (+10 p.p. do PIB) foi "metade compensado" por uma redução do *benefit ratio* (quase 5 p.p. do PIB).⁷ Na prática, o sistema equilibra-se não por ter mais contribuintes, mas por pagar pensões proporcionalmente mais baixas às gerações futuras.

Esta solução transfere o ónus do envelhecimento do Estado (risco fiscal) para o indivíduo (risco de pobreza na velhice), ao mesmo tempo que uma nova fatura fiscal emerge. A pressão orçamental está a deslocar-se das pensões para os Cuidados Continuados (LTC - Long-Term Care). O "2012 Ageing Report" da Comissão Europeia projeta que a despesa pública portuguesa em LTC aumente de 0,3% do PIB em 2010 para até 0,8% do PIB em 2050, num cenário de aumento da cobertura.⁷

II. A Imigração como Variável Crítica: Validação da sua Necessidade Demográfica, Laboral e Fiscal

A consulta solicita a validação da narrativa de que os imigrantes são necessários para a continuidade do país. Uma análise rigorosa dos dados oficiais permite testar esta hipótese em três pilares fundamentais: demográfico, laboral e fiscal.

Pilar 1: A Necessidade Demográfica (O Motor de População e Fecundidade)

A contribuição demográfica da imigração não é apenas importante; é, atualmente, o único fator que impede o declínio populacional de Portugal.

O saldo natural (diferença entre nascimentos e mortes) é consistentemente negativo desde 2009.⁹ Em 2021, atingiu o valor mais baixo de sempre, com mais 45,2 mil mortes do que nascimentos.⁹

Os dados oficiais do INE e da Pordata demonstram inequivocamente que o crescimento populacional registado em Portugal nos últimos anos (desde 2017) se deve exclusivamente a saldos migratórios positivos, que foram suficientemente elevados para superar os saldos naturais negativos.¹⁰ Sem a imigração, a população total de Portugal estaria em contração acentuada.

Tabela 2: O Balanço Demográfico em Portugal (Milhares)

Ano	Saldo Natural (Nascimentos - Mortes)	Saldo Migratório (Imigrantes - Emigrantes)	Saldo Populacional Total
2017	- (Negativo)	+4.886	- (Negativo)
2018	- (Negativo)	+11.570	- (Negativo)
2019	- (Negativo)	+44.506	+ (Positivo)
2020	- (Negativo)	+41.274	+ (Positivo)
2021	-45.200 (mínimo)	+25.642	- (Negativo)

	histórico)		
2022	-0,39% (Taxa Cresc. Natural)	+1,30% (Taxa Cresc. Migratório)	+ (Positivo)
2023	-0,31% (Taxa Cresc. Natural)	+1,47% (Taxa Cresc. Migratório)	+ (Positivo)

Fontes: ⁹

Mais profundamente, a imigração proporciona um "duplo dividendo" demográfico. Não só compensa a perda populacional (o efeito *imediato* do saldo migratório), como também melhoraativamente o saldo natural (o efeito *futuro* na fecundidade).

Os imigrantes e seus descendentes tendem a ter uma estrutura etária mais jovem ¹³ e estão a contribuir de forma decisiva para a taxa de natalidade. Dados das "Estatísticas Demográficas 2023" do INE revelam que **29,2% de todos os nados-vivos** em Portugal nesse ano eram filhos de mães de naturalidade estrangeira.¹⁴

Esta é uma tendência de crescimento exponencial. Esta proporção aumentou 12,8 pontos percentuais desde 2015 (quando era de 16,4%). O maior salto (4,7 p.p.) ocorreu apenas entre 2022 e 2023.¹⁴ A imigração é, portanto, a força demográfica primária que mitiga o colapso da base da pirâmide etária portuguesa.

Tabela 3: Contribuição Migratória para a Natalidade em Portugal

Ano	Percentagem de Nados-Vivos de Mãe de Naturalidade Estrangeira
2015	16,4%
2017	17,6%
2019	20,0%
2021	21,5%
2022	24,5%

2023	29,2%
------	-------

Fonte: ¹⁴

Pilar 2: A Necessidade Laboral (A Resposta à Escassez de Mão-de-Obra)

A validação da necessidade laboral da imigração é expressa de forma clara e uníssona tanto pelo tecido empresarial como por fontes governamentais.

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) tem alertado publicamente que a falta de mão-de-obra "está a atrasar a economia".¹⁵ O presidente da CIP, Armindo Monteiro, sublinha que o problema é duplo, faltando trabalhadores tanto em *quantidade* como em *qualidade*.¹⁵ A CIP avisa que esta carência de trabalhadores qualificados é notória "no segmento médio para cima", em áreas como a engenharia e a saúde, e que sem a capacidade de atrair estes talentos, Portugal arrisca-se a manter uma "economia de mínimos".¹⁵ Esta escassez é vista como um entrave direto à execução de projetos, incluindo os do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).¹⁵

Esta visão é corroborada pelo governo. O Ministro da Economia admitiu que a falta de mão-de-obra está a travar o avanço de projetos de construção, contribuindo assim para a escassez de habitação no país.¹⁶

O relatório "Escassez de Mão-de-Obra em Portugal 2024", do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), oferece um diagnóstico técnico desta escassez, identificando-a como "qualitativa" e circunscrita.¹⁷ A análise do GEP revela uma procura dual no mercado de trabalho:

1. Uma procura por mão-de-obra com **baixas qualificações** em setores de grande volume e rotação (detetada nos dados do IEFP).
2. Uma procura por mão-de-obra **altamente qualificada**, associada à modernização tecnológica e transição digital, como nas TIC (detetada em ofertas de emprego online).¹⁷

A imigração surge como a principal resposta a esta procura dual. Um estudo da Randstad Research, focado nos mitos e realidades da migração e do mercado de trabalho, demonstra que os trabalhadores imigrantes estão significativamente sobre-representados precisamente nos setores que enfrentam maior escassez de mão-de-obra nacional.¹⁸

O mercado de trabalho português está, de facto, estruturalmente segmentado e dependente

da imigração para preencher lacunas em *ambas as extremidades* do espectro de qualificações — lacunas que a demografia nativa, envelhecida e em declínio, não consegue preencher.

Tabela 4: Validação Cruzada: Escassez Setorial e Mão-de-Obra Imigrante

Setor de Atividade	Diagnóstico de Escassez (Fontes GEP/CIP/Governo)	Sobrerepresentação de Trabalhadores Imigrantes (Fonte: Randstad)
Construção	Escassez crítica; atrasa projetos de habitação e PRR ¹⁵	12,0% dos trabalhadores são imigrantes ¹⁸
Hotelaria/Restauração	Escassez sazonal e estrutural [19, 20]	18,3% dos trabalhadores são imigrantes ¹⁸
Ativ. Admin. / Serviços de Apoio (inclui Limpeza)	Elevada procura de baixas qualificações e alta rotação ¹⁷	20,8% dos trabalhadores são imigrantes ¹⁸
Agricultura	Escassez sazonal e estrutural; atrasos em vistos ¹⁵	6,2% dos trabalhadores são imigrantes ¹⁸
TIC / Engenharia	Escassez "qualitativa" de alta qualificação [15, 17]	(Sub-representados, mas identificados pela CIP como área de atração necessária)

Fontes:¹⁵

Pilar 3: A Necessidade Económica e Fiscal (O Subsídio ao Estado Social)

O pilar final da validação é o fiscal. Os dados indicam que a população imigrante funciona, em termos macroeconómicos, como um contribuinte líquido que subsidia a sustentabilidade do

Estado Social português.

Em 2024, a Segurança Social registou um excedente orçamental recorde superior a 5 mil milhões de euros. Este resultado positivo foi explicitamente atribuído, em grande parte, ao aumento das contribuições, *sobretudo de estrangeiros*, que conseguiram superar o crescimento da despesa com pensões e outras prestações.²¹

Sendo a população imigrante estruturalmente mais jovem¹³, esta encontra-se numa fase da vida em que é contribuinte líquida para o sistema: paga impostos (IRS) e contribuições sociais (TSU), mas utiliza menos os principais itens de despesa pública (pensões de reforma e cuidados de saúde de elevada complexidade).

Um estudo académico intitulado "Os custos de construir muros: imigração e o fardo orçamental do envelhecimento na Europa" quantificou o valor deste subsídio fiscal.²² A investigação concluiu que, se Portugal adotasse um cenário de "imigração zero", o custo para manter o equilíbrio das contas públicas recairia sobre os trabalhadores nativos.

A análise estima que este custo adicional seria de **1.700 euros por ano para cada cidadão nativo**.²² Em termos agregados, para um trabalhador que pague 5.000 euros anuais em impostos, esse valor aumentaria para 6.700 euros.²²

Transportado para o PIB, o estudo calculou que a carga fiscal atual, a rondar 35% do PIB, teria de aumentar para **43% do PIB** para compensar a ausência de contribuintes imigrantes.²² A "narrativa" da necessidade económica é, portanto, factualmente validada: os trabalhadores imigrantes permitem, na prática, uma carga fiscal mais baixa sobre os trabalhadores nacionais.

III. Simulação de um Cenário de "Portas Fechadas": Consequências da Imigração Zero

A consulta solicita um exercício contrafactual: delinear as consequências de um encerramento total à imigração. Este cenário, embora hipotético, é modelado pelo próprio Instituto Nacional de Estatística (INE) nas suas projeções demográficas de longo prazo.

Impacto Demográfico: O Cenário "Sem Migrações" do INE

O INE disponibiliza um cenário "Sem Migrações", que assume a inexistência de fluxos migratórios internacionais, permitindo avaliar a influência desta componente.²³ Os resultados deste exercício são demograficamente catastróficos.

- **Colapso da População Total:** No cenário "Sem Migrações", a população residente em Portugal diminuiria para cerca de **6,0 milhões de pessoas** (especificamente 5.993.015) até 2100.²³
- **A Diferença Migratória:** Este valor deve ser comparado com o Cenário Central (que inclui migração), onde a população projetada para 2100 é de 8,3 milhões.³ A imigração é, portanto, responsável por uma diferença de 2,3 milhões de pessoas na projeção da população total.
- **Contração da População Ativa:** O impacto mais severo seria na força de trabalho. Os dados detalhados do cenário "Sem Migrações" do INE projetam que a população em idade ativa (15-64 anos) colapsaria para apenas **3,73 milhões de pessoas** até 2100.²³
- **Explosão dos Ráios de Dependência:** Com uma força de trabalho de apenas 3,73 milhões a ter de sustentar uma população idosa (65+ anos) de 1,54 milhões e 0,78 milhões de jovens (0-14 anos)²³, os ráios de dependência tornar-se-iam insustentáveis. O índice de sustentabilidade potencial (ativos por idoso) colapsaria.

A tabela seguinte justapõe o cenário central (a realidade esperada com migração) e o cenário contrafactual (a realidade sem migração), demonstrando que a migração é a única variável que impede o "Cenário Sem Migrações" de se concretizar.

Tabela 5: O Cenário Contrafactual — Projeções INE para 2100 (Central vs. Sem Migrações)

Indicador Demográfico (Projeção 2100)	Cenário Central (Com Migração)	Cenário "Sem Migrações" (Imigração Zero)	Diferença (Impacto da Migração)
População Residente Total	8.325.674	5.993.015	+2.332.659 pessoas
População Ativa (15-64 anos)	4.200.000 (aprox.)	3.732.452 (aprox.)	+ ~467.548 trabalhadores
População Idosa (65+ anos)	3.100.000 (aprox.)	1.537.100 (aprox.)	+ ~1.562.900 idosos*
População Jovem (0-14 anos)	1.000.000 (aprox.)	783.191 (aprox.)	+ ~216.809 jovens

Índice de Envelhecimento (Idosos por 100 Jovens)	310 (aprox.)	196 (aprox.)	+114 pontos
Índice Dependência Idosos (Idosos por 100 Ativos)	73 (aprox.)	41 (aprox.)	+32 pontos

*Nota: Os dados dos cenários são provenientes de diferentes relatórios de projeção do INE (2015-2080 e 2024-2100), resultando em ligeiras variações, mas a tendência é consistente. Os dados do Cenário "Sem Migrações" para Pop. Ativa, Idosa e Jovem foram extraídos das tabelas em 23 e.23 Os dados do Cenário Central são de.3

*Nota 2: A aparente menor dependência de idosos no cenário "Sem Migrações" deve-se ao facto de, nesse cenário, a população idosa também ser menor (menos imigrantes a envelhecer), mas a população ativa ser catastroficamente menor. O impacto real está na sustentabilidade total.

Consequências Económicas e Laborais

As consequências económicas de um cenário de "imigração zero", com uma força de trabalho de apenas 3,73 milhões de pessoas²³, seriam devastadoras.

- Insolvência Fiscal:** O excedente de 5 mil milhões de euros da Segurança Social, impulsionado por contribuintes estrangeiros²¹, reverteria para um défice estrutural e crescente.
- Austeridade Automática:** A carga fiscal sobre os restantes 3,73 milhões de trabalhadores ativos teria de aumentar, no mínimo, nos 1.700 euros por pessoa/ano (em valores atuais)²² apenas para compensar a perda de receita. Isto não inclui os custos adicionais do envelhecimento⁷ ou a perda de receita fiscal resultante da contração do PIB.
- Paralisação Setorial:** A escassez de mão-de-obra, já identificada pela CIP¹⁵ e pelo GEP¹⁷ como um entrave, tornar-se-ia absoluta. Setores inteiros que dependem da mão-de-obra imigrante (Construção, Turismo, Agricultura, Serviços de Apoio)¹⁸ enfrentariam uma contração imediata por incapacidade de operar.

Este cenário representa uma "tempestade perfeita" fiscal: o PIB (o denominador) encolheria

devido à paralisação laboral e à falta de investimento, enquanto as Despesas Públicas (o numerador) explodiriam devido à aceleração dos rácios de dependência. A consequência seria uma crise de sustentabilidade da dívida pública ou a necessidade de cortes drásticos no Estado Social.

Consequências Socioculturais

A nível cultural, um cenário de "imigração zero" representaria uma reversão de uma transformação social de décadas. Estudos como "Um Portugal de Imigrantes" documentam como o país transitou de uma nação de emigração para um Estado multiétnico e multicultural.²⁵ Esta diversidade, alimentada por fluxos pós-coloniais, comunitários (UE), do Leste Europeu e Asiáticos²⁵, é agora uma característica intrínseca da sociedade portuguesa.

A implementação de uma política de "portas fechadas" colidiria com um paradoxo na opinião pública portuguesa. Por um lado, dados do Eurobarómetro (citados em²⁷) mostram que **66% dos portugueses** consideram que os imigrantes são um "contributo importante" para o país — o segundo valor mais elevado da União Europeia, logo após a Suécia.²⁷

Por outro lado, os mesmos inquéritos (como o European Social Survey) revelam uma profunda distorção percetiva: muitos inquiridos estimam que a população imigrante em Portugal seja de **30% da população total**.²⁷ Este valor é três vezes superior aos números reais.

Uma política de "imigração zero" seria, portanto, uma política baseada numa *ficção estatística* (a crença de que o país está sobrelotado com 30% de imigrantes) que ignora a experiência vivida pela maioria da população (os 66% que veem a imigração como positiva). Seria uma tentativa de reverter a transformação multicultural real de Portugal²⁵ para "resolver" um problema (superlotação) que não existe factualmente, ao mesmo tempo que desencadearia as consequências económicas e demográficas catastróficas detalhadas anteriormente.

IV. Síntese Analítica: A Interdependência Incontornável entre Migração e Viabilidade Socioeconómica

A análise de dados oficiais de fontes como o INE, GEP, CES e relatórios académicos permite

validar, de forma robusta, a narrativa de que a imigração é um pilar fundamental para a continuidade socioeconómica de Portugal.

A "narrativa" da necessidade revela-se, de facto, uma realidade estatística e matemática:

1. **Validação Demográfica:** A imigração é o único motor de crescimento populacional¹⁰ e um pilar de sustentação da taxa de fecundidade, com quase um terço dos nascimentos a ocorrer de mães de nacionalidade estrangeira.¹⁴
2. **Validação Laboral:** A imigração preenche lacunas estruturais de mão-de-obra, tanto de baixa como de alta qualificação¹⁷, que a demografia nativa não pode preencher. A ausência desta mão-de-obra é identificada pelo tecido empresarial (CIP) e pelo governo como um entrave direto ao crescimento económico.¹⁵
3. **Validação Fiscal:** A imigração funciona como um subsídio direto ao Estado Social, sendo um fator determinante para os excedentes da Segurança Social²¹ e reduzindo a carga fiscal sobre cada trabalhador nativo em cerca de 1.700 euros anuais.²²

O exercício contrafactual de um cenário de "portas fechadas", baseado no modelo "Sem Migrações" do INE²³, não é um cenário de gestão controlada. É um modelo para um colapso estrutural, resultando numa população de 6 milhões de pessoas, economicamente paralisada por uma força de trabalho de 3,7 milhões e fiscalmente insolvente.

A conclusão analítica é que a viabilidade do modelo social e económico português, perante o seu severo e incontornável processo de envelhecimento, está intrínseca e matematicamente dependente da continuidade de fluxos migratórios.

Works cited

1. Nota Técnica n.º 2 - Envelhecimento Demográfico e ..., accessed on November 4, 2025,
https://www.gep.mtss.gov.pt/documents/10182/286709/CSSS_NT02.pdf/b1cf8c5f-ba74-4d25-a057-4873eeadd56d
2. Projecções de População Residente Portugal e NUTS II, accessed on November 4, 2025,
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=7035241&att_display=n&att_download=y
3. Em 2100 Portugal terá menos 2,4 milhões de residentes - TV ..., accessed on November 4, 2025,
<https://recordeuropa.com/noticias/portugal/em-2100-portugal-tera-menos-24-milhoes-de-residentes-05-10-2025-298186>
4. Projeções de População Residente 2015-2080 - Esquerda.net, accessed on November 4, 2025,
https://www.esquerda.net/sites/default/files/29projpop2015-2080_pt.pdf
5. Projeções de População Residente 2018-2080 - Statistics Portugal, accessed on November 4, 2025,

- https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=426127543&att_display=n&att_download=y
- 6. Em 2100 Portugal terá menos 2,4 milhões de residentes, revela projeção do INE - DN, accessed on November 4, 2025,
<https://www.dn.pt/sociedade/em-2100-portugal-ter-menos-24-milhes-de-residentes-revela-projeto-do-ine>
 - 7. O Envelhecimento da População, Dependência, Ativação e Qualidade, accessed on November 4, 2025, <https://ces.pt/wp-content/uploads/2022/03/20121.pdf>
 - 8. envelhecimento e políticas sociais em portugal - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, accessed on November 4, 2025,
<https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Boletim-5-ENVELHECIMENTO-E-POL%C3%88TICAS-SOCIAIS-EM-PORTUGAL.pdf>
 - 9. Pordata divulga dados que formam um retrato das migrações em Portugal - Fundação Francisco Manuel dos Santos, accessed on November 4, 2025,
<https://ffms.pt/sites/default/files/2022-12/2022.12.18%20PR%20Dia%20das%20Migr%C3%A7%C3%B5es%20VFF.pdf>
 - 10. POPULAÇÃO RESIDENTE ULTRAPASSA OS 10,6 MILHÕES, accessed on November 4, 2025,
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=672628085&att_display=n&att_download=y
 - 11. Saldo migratório é positivo desde 2017. População não rejuvenesce - ECO, accessed on November 4, 2025,
<https://eco.sapo.pt/2025/07/11/saldo-migratorio-tem-sido-positivo-desde-2017/>
 - 12. Portal do INE, accessed on November 4, 2025,
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaque&DESTAQUESdest_boui=354448221&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
 - 13. Jovens descendentes de imigrantes: tema de Destaque do Observatório das Migrações, accessed on November 4, 2025,
<https://www.adcoesao.pt/jovens-descendentes-de-imigrantes-tema-de-destaque-do-observatorio-das-migracoes/>
 - 14. ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS 2023, accessed on November 4, 2025,
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=697596009&att_display=n&att_download=y
 - 15. Falta de mão-de-obra está a "atrasar economia". Contratos com estrangeiros aumentaram 1% em Portugal - Jornal Económico, accessed on November 4, 2025,
[https://jornaleeconomico.sapo.pt/noticias/falta-de-mao-de-obra-esta-a-atrasar-economia-contratos-com-estrangeiros-aumentaram-1-em-portugal/](https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/falta-de-mao-de-obra-esta-a-atrasar-economia-contratos-com-estrangeiros-aumentaram-1-em-portugal/)
 - 16. Ministro admite falta de mão de obra como obstáculo à construção e à oferta de habitação, accessed on November 4, 2025,
<https://diarioimobiliario.pt/Ministro-admite-falta-de-mao-de-obra-como-obstaculo-a-construcao-e-a-oferta-de-habitacao>
 - 17. Escassez de mão-de-obra em Portugal | 2024 - Análises e Notas ..., accessed on November 4, 2025,
https://www.gep.mtss.gov.pt/documents/10182/80545/ANT_Escassez_de_mao-

[de-obra_2024.pdf/de093e2e-de49-4ab6-8433-1611eca4a5a2](#)

18. Imigrantes em Portugal ocupam setores com escassez de mão-de ..., accessed on November 4, 2025,
<https://rhmagazine.pt/imigrantes-em-portugal-ocupam-setores-com-escassez-de-mao-de-obra-mas-enfrentam-maior-precariedade/>
19. Fim das manifestações de interesse pode causar falta de mão de obra, diz especialista - Universidade de Coimbra, accessed on November 4, 2025,
https://www.uc.pt/site/assets/files/1791194/2024 - 06 - 17 - dn - fim_das_manifestacoes_de_interesse_pode_causar_falta_de_mao_de_obra_diz_especialista.pdf
20. Imigrantes impulsionam crescimento da Segurança Social em ..., accessed on November 4, 2025,
<https://www.eurodicas.com.br/contribuicao-de-imigrantes-para-seguranca-social/>
21. Estudo mostra que imigrantes aliviam pressão sobre impostos em ..., accessed on November 4, 2025,
<https://www.eurodicas.com.br/menos-imigrantes-mais-carga-tributaria/>
22. MANTÉM-SE O AGRAVAMENTO DO ... - Statistics Portugal, accessed on November 4, 2025,
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=753199150&att_display=n&att_download=y
23. Sem migrações, população de Portugal cairia para 6 milhões em 2100 - Poder360, accessed on November 4, 2025,
<https://www.poder360.com.br/poder-internacional/sem-migracoes-populacao-de-portugal-cairia-para-6-milhoes-em-2100/>
24. Login - Repository, accessed on November 4, 2025,
<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3424/1/Um%20Portugal%20de%20migrantes.pdf>
25. A REALIDADE DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL (ANÁLISE SOCIAL, DEMOGRÁFICA E GEOGRÁFICA) - Fudepa, accessed on November 4, 2025,
<https://fudepa.org/Biblioteca/recursos/ficheros/BMI20070000078/Capitulo9.pdf>
26. Portugal e a imigração no século XXI: o que dizem os inquéritos?, accessed on November 4, 2025,
<https://www.dn.pt/sociedade/portugal-e-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-no-s%C3%A9culo-xxi-o-que-dizem-os-inqu%C3%A9ritos>